

Taquaritinga, 22 de junho de 2016.

**Edital nº 02/2016**  
**Convite nº 02/2016**

O Presidente da Câmara Municipal de Taquaritinga, no uso de suas atribuições legais, faz saber que encontra-se aberto procedimento licitatório na modalidade Convite nº 02/2016 do tipo menor preço global, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos moldes da Lei Complementar nº 147/14 de 07.08.14, para a contratação de empresa especializada para impressão de 300 exemplares da Lei Orgânica do município; 100 exemplares do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga e 500 exemplares do livro sobre a História de Taquaritinga, em forma de livros, elaborado pela Câmara Municipal, conforme o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, deste edital, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto desta licitação constitui-se na contratação de empresa para impressão de 300 exemplares da Lei Orgânica do município; 100 exemplares do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga e 500 exemplares do livro sobre a História de Taquaritinga, em forma de livros, conforme o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

I – DOS RECURSOS FINANCEIROS. As despesas decorrentes deste pacto são oriundas: Outros Serviços de Terceiros; Ficha: 0006 – Outros Serviços de Terceiros; Local: 010100; Categoria Econômica: 3.3.39.39.05; Conta Débito: 332315100; Conta Crédito: 213110102; Natureza: 3.3.40.39.66 – Serviços judiciários e outros; Funcional: 01.031.0001.2045.0090; Grupo: Corpo Legislativo e Secretaria: Valor Orçado: R\$ 375.840,00; Valor Atual: 204.329,50.

II – PRAZO FINAL PARA ENTREGA DA PROPOSTA. O prazo final para que as proponentes interessadas entreguem seus envelopes será até às 14hs do dia 28 do mês de junho de 2016.

III - SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS. A sessão de abertura das propostas será realizada às 14hs do dia 28 do mês de junho de 2016, no setor de Licitações da Câmara

Municipal de Taquaritinga-SP, situado na Praça Dr. Horácio Ramalho, nº 156,1º andar, Centro, no Município de Taquaritinga-SP.

IV - DA PUBLICIDADE. O presente Edital está sendo afixado no local de costume da Câmara Municipal e publicado no Diário Oficial do Município de Taquaritinga nos sites [www.camarataquaritinga.sp.gov.br](http://www.camarataquaritinga.sp.gov.br) e [www.taquaritinga.sp.gov.br](http://www.taquaritinga.sp.gov.br) e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Taquaritinga, com link em seu site oficial onde poderá ser consultado pelos interessados, nos termos do artigo 22, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

V – As empresas deverão manifestar interesse em participar 24 horas antes da sessão de abertura dos envelopes, retirando o edital e assinando termo de recebimento.

VI – DOS ANEXOS. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência do Objeto;

Anexo II – Modelo de declaração de que a licitante se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho;

Anexo III – Declaração de situação regular para licitar ou contratar;

Anexo IV – Decreto Municipal nº 3.917, de 12.04.2012;

Anexo V – Modelo da Proposta de Preço

Anexo VI – Minuta do Contrato

Anexo VII – Termo de Recebimento do Edital

### **CLÁUSULA TERCEIRA – ENVELOPE Nº 1 “HABILITAÇÃO”**

As licitantes interessadas deverão acondicionar no interior do respectivo envelope, devidamente fechado e indevassável, os documentos abaixo relacionados. Referido envelope deverá conter externamente os seguintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA–SP  
LICITAÇÃO - MODALIDADE CONVITE 02/2016  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA .....  
ENDEREÇO DA EMPRESA .....  
"ENVELOPE N.º 01 - HABILITAÇÃO"

Para efeito de habilitação, as licitantes interessadas deverão apresentar os documentos abaixo indicados, em apenas uma via, através de originais ou cópias autenticadas e dentro do seu prazo de validade, ficando dispensada a apresentação dos demais documentos a que se referem os artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei de Licitações, segundo a faculdade contida no artigo 32, §1º, desse diploma legal:

## HABILITAÇÃO JURÍDICA

a-) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a1-) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

b) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

## REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social - INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;

e) A comprovação de regularidade fiscal das licitantes somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

e.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

e.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**e.3)** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “e.2” implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Convite.

### **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho conforme Anexo II.

Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar novo prazo, de três dias úteis, para a apresentação de nova documentação, nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 48, da Lei 8.666/93.

Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

### **CLÁUSULA QUARTA – ENVELOPE 2 “PROPOSTA FINANCEIRA”**

As licitantes interessadas deverão acondicionar no interior do respectivo envelope, devidamente fechado e indevassável, o documento abaixo relacionado. Referido envelope deverá conter externamente os seguintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA–SP  
LICITAÇÃO - MODALIDADE CONVITE 02/2016  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA .....  
ENDEREÇO DA EMPRESA .....  
"ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA FINANCEIRA”

A proposta financeira deverá ser datilografada, digitada ou impressa por outro meio que não a manuscrita, devendo ser apresentada uma única proposta, de forma clara, sem rasuras, emendas ou borrões que possam dificultar a sua interpretação, devendo ser assinada pelo representante legal da licitante interessada, devendo conter ainda:

- a) Preço global para os serviços solicitados e descritos no Anexo I;
- b) Prazo para entrega dos serviços não superior a 30 (trinta) dias, após assinatura do contrato;

- c) O pagamento será efetuado após a conclusão e entrega do material e conferência pelo setor responsável da Câmara Municipal.
- d) O valor da proposta deverá ser global e não poderá ultrapassar **R\$ 23.014,81 (vinte e três mil quatorze reais, oitenta e um centavos)**, conforme preço médio apurado através da pesquisa de preços realizada pela Comissão de Licitações da Câmara Municipal, constante do processo.
- e) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias;
- g) Declaração que o licitante não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, conforme modelo constante do Anexo III.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS**

Os envelopes apresentados pelas proponentes serão abertos em sessão pública, na presença da Comissão de Licitação e dos licitantes.

O licitante poderá se fazer representar neste certame desde que, no início da sessão pública de abertura dos envelopes, seu representante apresente a Carta Credencial ou Procuração, com a firma do representante legal da empresa que assina devidamente reconhecida em cartório, e cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é outorgado amplo poder de decisão.

O recebimento da documentação de habilitação e proposta – envelopes nºs 01 e 02, bem como a abertura dos envelopes nº 01, contendo a documentação para a habilitação, será realizada em sessão da Comissão Julgadora de Licitações, na data, hora e local acima indicados.

As licitantes poderão desistir do direito de interposição de recursos em qualquer fase do certame, desde que formalizado ou se participante que conste em ata devidamente assinada.

Inicialmente, a citada Comissão realizará a abertura dos envelopes contendo a documentação, relativa à habilitação dos concorrentes e a sua apreciação.

A seguir, a Comissão de Licitação efetuará a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do Edital, promovendo a desclassificação das propostas desconformes e incompatíveis com o mesmo.

A Comissão divulgará na sessão a relação dos proponentes habilitados na primeira fase do certame.

Por proposta da Comissão e desde que todos os licitantes estejam credenciados e concordem com as decisões tomadas sobre a fase “habilitação”, a abertura dos envelopes nº. 2 (proposta) poderá ocorrer no mesmo ato.

Posteriormente, a Comissão Julgadora de Licitações iniciará a abertura dos envelopes nº 2, relativos às propostas, devolvendo os respectivos envelopes lacrados aos concorrentes inabilitados ou aos seus representantes, os quais serão declarados excluídos da licitação. As propostas dos licitantes habilitados deverão ser assinadas pelos membros da Comissão e pelos proponentes qualificados ou por seus representantes, devendo os respectivos valores ser registrados em ata.

A Comissão de Licitações promoverá o julgamento e a classificação das propostas, conforme a cláusula sexta.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Não serão admitidas propostas que apresentem preços irrisórios, simbólicos ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

O julgamento da presente licitação será efetuado pelo critério do menor preço global.

Serão desclassificados os itens que consignarem preços superiores aos praticados no mercado, devendo ser observado o preço médio apurado através da pesquisa de preços realizada pelo Setor de Licitações.

Em caso de divergência entre os valores, prevalecerá o valor por extenso.

Em caso de empate, a decisão se dará obrigatoriamente por sorteio, com prévia notificação aos interessados.

Na hipótese de todas as propostas apresentarem preços considerados abusivos, acima dos valores de mercado correntemente aceitos, a Comissão de Licitações poderá marcar novo prazo, de três dias úteis, para que os proponentes apresentem novas propostas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 48 da Lei 8.666/93.

Em qualquer das fases da sessão de julgamento, serão desclassificados os licitantes cujas propostas estiverem em desconformidade com o ato convocatório.

Após o julgamento do certame e dos recursos, se houverem, será adjudicado e homologado o procedimento pelo Presidente da Câmara Municipal à empresa vencedora.

Todos os procedimentos desta licitação, assim como as normas contratuais estão embasadas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente e naquilo que não for conflitante, a legislação Civil Brasileira.

A empresa vencedora ficará obrigada a executar o objeto deste edital e futuro contrato com zelo e eficiência, diligenciando para a eficaz resolução dos problemas suscitados, além das responsabilidades resultantes deste Contrato, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

A Câmara Municipal poderá revogar esta licitação por interesse público, ou anulá-la por vício insanável, motivando sua decisão, nos termos da Legislação citada.

Não será admitido o consórcio de empresas ou a cessão de direito e obrigações do objeto da presente licitação.

Fica fixado o Foro da Comarca de Taquaritinga para dirimir litígios decorrentes deste certame ou da execução do futuro contrato.

**Luís José Bassoli**  
Presidente da Câmara Municipal

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO**

**OBJETO RESUMIDO:** Contratação de empresa especializada para impressão de 300 exemplares da Lei Orgânica do município; 100 exemplares do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga e 500 exemplares do livro sobre a história de Taquaritinga, elaborados pela Câmara Municipal.

300 EXEMPLARES (PRETO E BRANCO) DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ATUALIZADA E REVISADA;

100 EXEMPLARES (PRETO E BRANCO) DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA, REVISADO E ATUALIZADO;

- PARA O ITEM 1 E 2 A IMPRESSÃO DEVERÁ SER: LEI ORGÂNICA TOTAL DE PÁGINAS 60, REGIMENTO INTERNO TOTAL DE PÁGINAS 80. TODAS PRETO E BRANCO, GRAMATURA 0,75G/M<sup>2</sup>. CAPA E CONTRA CAPA COLORIDAS, PLASTIFICADAS EM CARTOLINA. AS PÁGINAS DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO ESTÃO EM "A4", NECESSIDADE DE DIAGRAMAÇÃO. TAMANHO: ÁREA TOTAL 13,5 CM LARGURA X 21,0 CM ALTURA; ÁREA DE MANCHA (ÚTIL PARA IMPRESSÃO): 11,0 CM X 18,5 CM

500 EXEMPARES DO LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DE TAQUARITINGA, ELABORADO PELA CÂMARA MUNICIPAL, SENDO: 324 PÁGINAS EM A4 (DESSAS, 8 PARES SÃO COLORIDOS); CAPA E CONTRA CAPA COLORIDAS, INCLUINDO “ORELHAS”; PAPEL CARTOLINA PLASTIFICADO POR FORA (PARA A CAPA E CONTRA CAPA); ÁREA DE MANCHA (ÚTIL PARA IMPRESSÃO): 16,5 CM (LARGURA) X 24,5 CM (ALTURA); PAPEL SULFITE BRANCO, GRAMATURA 0,75G/M<sup>2</sup>; FORMATO TOTAL: 20,5 CM (LARGURA) X 28 CM (ALTURA); PÁGINAS DO MIOLO: 324; CAPA, CONTRA E VERSOS: 4; TOTAL DE PÁGINAS: 328



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do CONVITE 02/2016, da Câmara Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Taquaritinga, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome do representante: \_\_\_\_\_

RG do representante: \_\_\_\_\_

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PARA LICITAR OU CONTRATAR**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do CONVITE 02/2016, da Câmara Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica) não foi declarado inidônea para licitar ou contratar, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

Taquaritinga, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome do representante: \_\_\_\_\_

RG do representante: \_\_\_\_\_

## **ANEXO IV - DECRETO Nº 3.917 DE 12.04.2012.**

### **Decreto nº3.917, de 12 de abril de 2012.**

Dispõe sobre a aplicação das multas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e das outras providências.

**José Paulo Delgado Júnior**, Prefeito Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 77, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### **Decreta:**

**Art. 1º.** A aplicação de multas a que se referem os art. 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá ao disposto neste Decreto e deve ser realizada com observância das demais disposições contidas na legislação citada.

**Art. 2º.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa, na forma estabelecida no art. 5º deste Decreto.

**Art. 3º.** Pelo atraso injustificado na execução do objeto do ajuste, serão aplicadas as multas de mora na seguinte conformidade:

**I** - Em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos:

**a)** Atrasos de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2 % (dois décimo por cento), por dia, calculados sobre o valor global do ajuste.

**b)** Atrasos superiores a 30 (trinta) dias: multa de 0,4% (quatro décimo por cento) por dia, calculados sobre o valor global do ajuste.

**II** - Em se tratando de execução de obras ou de serviços de engenharia:

**a)** Com valor de até R\$ 100.000,00: multa de 0,2 % (dois décimo por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida.

**b)** Com valor de R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00: multa de 0,3% (três décimo por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida. e

**c)** Com valor de R\$ 500.000,01 ou superior a isso: multa de 0,4% (quatro décimo por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida.

**III** - Em se tratando de serviços contínuos, multa de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

**§ 1º.** O valor estabelecido para a multa de que trata este artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

**§ 2º.** A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do ajuste será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

**Art. 4º.** A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

**I** - Em se tratando de compras ou prestação de serviços não contínuos, multa de 10 % (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do ajuste.

**II** - Em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou serviços contínuos:

**a)** Com valor de até R\$ 100.000,00: multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do ajuste.

**b)** Com valor de R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do ajuste. e

**c)** Com valor de R\$ 500.000,01 ou superior a isso: multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do ajuste.

**III** - Em se tratando de serviços contínuos, multa de 20% (vinte por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

**Art. 5º.** Pela inexecução total do ajuste, será aplicada multa, na seguinte conformidade:

**I** - Em se tratando de compras ou prestação de serviços, contínuos ou não: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do ajuste.

**II** - Em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

**a)** Com valor de até R\$ 100.000,00: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do ajuste.

**b)** Com valor de R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00: multa de 15%(quinze por cento) incidente sobre o valor global do ajuste. e

**c)** Com valor de R\$ 500.000,01 ou superior a isso: multa de 10%(dez por cento) incidente sobre o valor global do ajuste.

**Art. 6º.** Configurada a ocorrência de qualquer uma das hipóteses ensejadoras de aplicação de multa, previamente à sua imposição, efetuar-se-á a notificação do adjudicatário ou do contratado para, querendo, apresentar defesa no prazo de cinco dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.

**§ 1º.** Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade pecuniária.

**§ 2º.** A decisão - acolhendo as razões da defesa ou determinando a aplicação de multa - deverá ter seu extrato publicado na Imprensa Oficial do Município.

**§ 3º.** A decisão de aplicação da multa deverá estabelecer o seu valor, o prazo para seu pagamento, data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária, e será encaminhada

ao adjudicatário ou ao contratado para ciência, facultada a apresentação de recurso, no prazo de cinco dias úteis a contar da data de sua notificação pela Imprensa Oficial do Município.

**§ 4º.** A decisão do recurso interposto será publicada na Imprensa Oficial do Município e encaminhada ao recorrente para ciência.

**Art. 7º.** Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contrato.

**§ 1º.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá por sua complementação, através de descontos de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**§ 2º.** Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada, haverá a inscrição do débito em aberto junto aos registros da Dívida Ativa da Municipalidade e serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua execução judicial.

**Art. 8º.** As multas de que trata este Decreto serão aplicadas sem prejuízo da cominação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/02.

**Art. 9º.** Os editais de licitação deverão consignar menção expressa às normas estabelecidas neste Decreto, cujo texto deverá integrar os respectivos editais e contratos, na forma de anexo.

**Art. 10.** As disposições deste Decreto aplicam-se também às contratações resultantes de procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 12 de abril de 2012.

**José Paulo Delgado Júnior**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e publicado no Departamento de Secretaria e Expediente, na data supra.

**Aginaldo Aparecido Rodrigues Garcia**  
**Diretor do Departamento**

## ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### CONVITE N.º 02/2016

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para impressão de 300 exemplares da Lei Orgânica do município; 100 exemplares do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga e 500 exemplares do livro sobre a História de Taquaritinga.

**Proponente:**.....

**Endereço:**.....

**CEP:** ..... **Fone:** ..... **Fax:**.....

**Email:**..... **CNPJ:** .....

PROPOSTA COMERCIAL		
Item	Descrição	Preço (R\$)
1	300 EXEMPLARES (PRETO E BRANCO) DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA. PRETO E BRANCO, GRAMATURA 0,75G/M². CAPA E CONTRA CAPA COLORIDAS, PLASTIFICADAS EM CARTOLINA. AS PÁGINAS DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO ESTÃO EM "A4", NECESSIDADE DE DIAGRAMAÇÃO. TAMANHO: ÁREA TOTAL 13,5 CM LARGURA X 21,0 CM ALTURA; ÁREA DE MANCHA (ÚTIL PARA IMPRESSÃO): 11,0 CM X 18,5 CM	
2	100 EXEMPLARES (PRETO E BRANCO) DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA. PRETO E BRANCO, GRAMATURA 0,75G/M². CAPA E CONTRA CAPA COLORIDAS, PLASTIFICADAS EM CARTOLINA. AS PÁGINAS DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO ESTÃO EM "A4", NECESSIDADE DE DIAGRAMAÇÃO. TAMANHO: ÁREA TOTAL 13,5 CM LARGURA X 21,0 CM ALTURA; ÁREA DE MANCHA (ÚTIL PARA IMPRESSÃO): 11,0 CM X 18,5 CM	

<b>3</b>	500 EXEMPARES DO LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DE TAQUARITINGA, ELABORADO PELA CÂMARA MUNICIPAL, SENDO: 324 PÁGINAS EM A4 (DESSAS, 8 PARES SÃO COLORIDOS); CAPA E CONTRA CAPA COLORIDAS, INCLUINDO “ORELHAS”; PAPEL CARTOLINA PLASTIFICADO POR FORA (PARA A CAPA E CONTRA CAPA); ÁREA DE MANCHA (ÚTIL PARA IMPRESSÃO): 16,5 CM (LARGURA) X 24,5 CM (ALTURA); PAPEL SULFITE BRANCO, GRAMATURA 0,75G/M <sup>2</sup> ; FORMATO TOTAL: 20,5 CM (LARGURA) X 28 CM (ALTURA); PÁGINAS DO MIOLO: 324; CAPA, CONTRA E VERSOS: 4; TOTAL DE PÁGINAS: 328	
<b>VALOR TOTAL:</b>		
<b>Preço Total por Extenso (R\$)</b>		
<b>Prazo de Validade da Proposta</b>		
<b>Prazo de Entrega</b>		

LOCAL/DATA: \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal**  
**Nome e CPF**

<b>Carimbo CNPJ</b>
---------------------

## **ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO N° \_\_\_\_/2016**

**Ref.: CONVITE N° 02/2016**

Pelo presente termo e pela melhor forma de direito, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA**, doravante denominada CONTRATANTE, situada à Praça Dr. Horácio Ramalho, 156, Centro, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n° 49.165.202/0001-82, neste ato representada pelo Presidente, Dr. Luís José Bassoli, brasileiro, advogado, portador do RG n° ..... e CPF n° ....., de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, situada à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, (profissão), (estado civil), portador do RG n° \_\_\_\_\_ e CPF n° \_\_\_\_\_, domiciliado à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, mutuamente tornam justo e pactuado os direitos, obrigações, responsabilidades e as penalidades deste termo contratual, mediante as seguintes cláusulas, a saber:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL**

Este contrato tem fundamento legal no Convite n° 02/2016, homologado e adjudicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Taquaritinga e regido pelas cláusulas contratuais abaixo discriminadas, pela Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**O objeto deste contrato constitui-se na contratação de empresa especializada para impressão de 300 exemplares da Lei Orgânica do município; 100 exemplares do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga e 500 exemplares do livro sobre a história de Taquaritinga, elaborados pela Câmara Municipal, e os requisitos do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, que é parte integrante desse contrato.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS, PREÇOS E PAGAMENTOS**

A prestação do serviço deverá ter início após a assinatura deste contrato, obedecendo aos prazos especificados e quantificados do edital n° 02/2016.



O prazo total para a empresa entregar os lotes de livros será de 30 (trinta) dias, após assinatura do contrato

O valor pela prestação integral dos serviços descritos na Cláusula Segunda será de R\$ ....., conforme proposta financeira apresentada no convite nº 02/2016.

As despesas decorrentes deste pacto correrão pelos seguintes recursos próprios da Câmara Municipal: Outros Serviços de Terceiros; Ficha: 0006 – Outros Serviços de Terceiros; Local: 010100; Categoria Econômica: 3.3.39.39.05; Conta Débito: 332315100; Conta Crédito: 213110102; Natureza: 3.3.40.39.66 – Serviços judiciários e outros; Funcional: 01.031.0001.2045.0090; Grupo: Corpo Legislativo e Secretaria; Valor Orçado: R\$ 375.840,00; Valor Atual: 204.329,50.

Os pagamento serão feitos, após a entrega, conferência dos serviços pelo setor responsável da Câmara Municipal, aprovação dos responsáveis e autorização do Diretor de Contabilidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES OPERACIONAIS**

I - A CONTRATADA, por este instrumento de Contrato Administrativo, se obriga a executar o objeto contratado com zelo e eficiência, diligenciando para a eficaz resolução dos problemas suscitados, além das responsabilidades resultantes deste Contrato, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

II - As despesas oriundas com a execução do objeto contratado, necessárias ao cumprimento do pacto, serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE.

III - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o artigo 65, § 1.º da Lei Federal n.º 8.666/93.

IV- Ficam expressamente reservadas à CONTRATANTE as prerrogativas que lhe são conferidas pelos artigos 58 e 59 da Lei 8.666/93 e suas alterações, no que tange às alterações contratuais, rescisão nas hipóteses elencadas no inciso I do art. 79, fiscalização da execução e aplicação das sanções previstas.

V - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento exercitado pela CONTRATANTE. Também fica responsável e formar Comissão de Sistematização para acompanhamento e aprovação do serviço executado.

VI - Este Contrato é regido pelas normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e pelos preceitos do Direito Público, aplicando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

VII - Não serão concedidos reajustamentos dos valores constantes na cláusula terceira deste termo durante a vigência do contrato. Somente no caso de prorrogação o valor do mesmo será corrigido mediante aplicação do índice de variação anual do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas desde que não ultrapasse os limites legais.

VIII - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato e ao mesmo vinculados, para todos os efeitos legais, o Edital nº 02/2016 da presente licitação, o Anexo I – Termo de Referência do Objeto, o Decreto n.º 3.917, de 12 de abril de 2012, a proposta vencedora da licitação e demais documentos do processo de licitação.

IX - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste contrato ensejará sua imediata rescisão, sujeitando a CONTRATADA às multas constantes do Anexo IV – Decreto nº 3.917 de 12/04/12, que passa a fazer parte integrante deste contrato, independentemente da apuração da responsabilidade civil e criminal, se for o caso.

X - Nenhum pagamento será efetuado sem o termo de entrega dos produtos, conferência técnica do setor responsável e do documento fiscal, sendo que a nota decorrente deste pacto deverá ter o visto do Diretor de Contabilidade da Câmara Municipal de Taquaritinga.

XI- Fica fixado o Foro da Comarca de Taquaritinga para a resolução de litígios decorrentes da execução deste contrato.

XII - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato administrativo, em duas vias de igual teor, prometendo cumpri-lo e respeitá-lo, por si e por seus sucessores.

O extrato deste contrato será publicado na forma da legislação pertinente.

Taquaritinga, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Contratante

---

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ANEXO VII -TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL**

Declaro para os fins de direito, que recebi da Câmara Municipal de Taquaritinga, através de sua Comissão de Licitações, cópia completa do EDITAL, e que tomei conhecimento de todas as condições do edital da licitação referente ao Convite nº. 02/2016 - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto contratação de empresa especializada para impressão de 300 exemplares da Lei Orgânica do município; 100 exemplares do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga e 500 exemplares do livro sobre a história de Taquaritinga, elaborados pela Câmara Municipal, e os requisitos do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, que é parte integrante desse contrato.

*Local/Data*, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ *de* \_\_\_\_\_ *de 2016*.

<b>Carimbo, CNPJ</b>
----------------------

EMPRESA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_